

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## ORDEM DO DIA Nº 039/2019 SESSÃO ORDINÁRIA - 21/10/2019

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 245/2017 - MARIA DO CARMO GUILHERME E HERNANI ALBERTO MONACO LEONHARDT** - Institui a Campanha "Dezembro Verde - Não ao Abandono de Animais". Processo nº 14988.

2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 120/2019 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Processo nº 15416.

3 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 131/2019 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Processo nº 15430.

4 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 132/2019 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Processo nº 15431.

5 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 100/2019 - ANDRÉ LUIS DE GODOY** - Revoga o Inciso III, do § 2º, do Artigo 3º; revoga o Inciso IV, do Artigo 9º; bem como revogam os Artigos 13, 63, 64 e o item "Ouvidor" nos Anexos I, II e V, todos da Lei Complementar Municipal nº 118, de 19 de maio de 2017, para extinguir o Cargo de Ouvidor da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Rio Claro-SP. Processo nº 15390.

6 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 124/2019 - YVES RAPHAEL CARBINATTI RIBEIRO** - Institui no Município de Rio Claro, o mês "Fevereiro Faixa Preta" e dá outras providências. Processo nº 15420.

7 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 125/2019 - GERALDO LUIS DE MORAES** - Dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro. Parecer Jurídico nº 125/2019 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 160/2019 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 098/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 102/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio-Ambiente nº 018/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 117/2019 - pela aprovação. Processo nº 15424.

Estado de São Paulo

02

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 245/2017**

PROCESSO Nº 14988

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Institui a Campanha "Dezembro Verde - Não ao Abandono de Animais").**

Artigo 1º - Fica instituída a Campanha "Dezembro Verde - Não ao Abandono de Animais", neste Município, fazendo parte do Calendário Oficial.

Artigo 2º - A Campanha possui o objetivo de conscientizar a população de que o abandono de animais é crime, pois além de ser um ato cruel, pode condenar o animal abandonado a morte.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Rio Claro,

**PRESIDENTE**

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 14/10/2019 - Maioria Simples.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 120/2019

PROCESSO Nº 15416

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

**(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências).**

Artigo 1º - Fica aberto na Secretaria Municipal de Obras, na Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Silvicultura e Manutenção, na Secretaria Municipal dos Esportes e Turismo, na Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Sistema Viário e na Secretaria Municipal do Meio Ambiente um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 3.376.021,45 (Três milhões trezentos e setenta e seis mil, vinte e um reais e quarenta e cinco centavos), para dar atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme Acordo Judicial, Ação Civil Pública 0000148-15.1995.8.26.0510.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido Crédito em 25% (vinte e cinco por cento), mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Especial, objeto desta Lei, será a seguinte: -

08.00 - Secretaria Municipal de Obras	
08.01 - Gabinete do Secretário e Dependências	
08.01.15 - Urbanismo	
08.01.15.451 - Infra-Estrutura Urbana	
08.01.15.451.5011 - Infra-Estrutura Urbana	
08.01.15.451.5011.2311-3390 - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta	195.000,00
08.00 - Secretaria Municipal de Obras	
08.01 - Gabinete do Secretário e Dependências	
08.01.17 - Saneamento	
08.01.17.512 - Saneamento Básico Urbano	
08.01.17.512.5011 - Infra-Estrutura Urbana	
08.01.17.512.5011.1059-3390 - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - DAAE	1.515.796,10
12.00 - Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Silvicultura e Manutenção	
12.02 - Departamento de Manutenção e Conservação Urbana	
12.02.15 - Urbanismo	
12.02.15.451 - Infra - Estrutura Urbana	
12.02.15.451.6007 - Gestão de Parques e Jardins	
12.02.15.451.6007.2311-3390 - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta	270.320,00
12.02.15.451.6007.1060-4490 - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta	100.000,00

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

13.00 - Secretaria Municipal dos Esportes e Turismo

13.01 - Departamento de Esportes

13.01.27 - Desporto e Lazer

13.01.27.813 - Lazer

13.01.27.813.3004 - Gestão das Políticas de Esporte e Lazer

13.01.27.813.3004.2311-3390 - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta 200.000,00

14.00 - Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Sistema Viário

14.01 - Departamento de Comando

14.01.06 - Segurança Pública

14.01.06.181 - Policiamento

14.01.06.181.8002 - Gestão das Políticas de Segurança e Defesa Civil

14.01.06.181.8002.2311-3390 - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta 452.830,12

14.00 - Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Sistema Viário

14.02 - Departamento de Defesa Civil

14.02.06 - Segurança Pública

14.02.06.182 - Defesa Civil

14.02.06.182.8002 - Gestão das Políticas de Segurança e Defesa Civil

14.02.06.182.8002.2311-4490 - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta 268.468,33

15.00 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

15.01 - Departamento Meio Ambiente, Proteção Animal e Manejo Florestal

15.01.18 - Gestão Ambiental

15.01.18.541 - Preservação e Conservação Ambiental

15.01.18.541.6009 - Gestão de Meio Ambiente e Proteção Animal

15.01.18.541.6009.2311-3390 - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta 373.606,90

Artigo 3º - O crédito autorizado no artigo 1º será coberto com os recursos de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 08.00 - Secretaria Municipal de Obras

UNID. ORÇ. 01 - Gabinete do Secretário e Dependências

08.01.15.451.5011.1002.4490(1878) - Drenagem Urbana de Águas Pluviais 195.000,00

08.01.17.512.5011.1059.4490(2679) - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - DAAE 1.515.796,10

ÓRGÃO 12.00 - Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento, Silvicultura e Manutenção

UNID. ORÇ. 01 - Departamento de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura

12.01.20.605.6006.2240.3390 (2370) - Manutenção das Estradas Rurais 35.000,00

12.01.20.605.6006.2067.3390(2047) - Eventos Diversos 14.320,00

UNID. ORÇ. 02 - Departamento de Manutenção e Conservação Urbana

12.02.15.451.6007.1021.4490 (2678) - Implantação e Reforma de Parques e Praças 321.000,00

ÓRGÃO 13.00 - Secretaria Municipal dos Esportes e Turismo

UNID. ORÇ. 01 - Departamento de Esportes

13.01.27.813.3004.2058.3390 (2088) - Basquetebol Profissional 200.000,00

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ÓRGÃO 14.00 - Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Sistema Viário

UNID. ORÇ. 01 - Departamento de Comando

14.01.06.181.8002.2053.3390 (2097) - Manutenção do Departamento 268.468,33

14.01.06.181.8002.2053.3390 (2099) - Manutenção do Departamento 452.830,12

ÓRGÃO 15.00 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

UNID. ORÇ. 01 - Departamento Meio Ambiente, Proteção Animal e Manejo Florestal

15.01.18.608.6009.2232.3390 (2158) - Microchipagem de Animais 100.000,00

15.01.18.541.6009.1060.4490 (2650) - TAC - Termo de Ajustamento de Conduta 154.449,89

UNID. ORÇ. 02 - DEPARTAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

15.02.18.541.6010.2316.3390(2683) - Elaboração do PGRS - Prog. Ger. Res. Sólidos 119.157,01

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período 2018 a 2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, despesas para dar atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 14 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 14/10/2019 - Maioria Absoluta.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROCESSO Nº 15430

PROJETO DE LEI Nº 131/2019

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

## PROJETO DE LEI

**(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências).**

Artigo 1º- Fica aberto no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro, um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 832.535,55 (oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), referente a contratação de empresa especializada para a execução das obras de CONSTRUÇÃO DE 04 SUB-ADUTORAS DE REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA AS REGIÕES DO PARQUE MÃE PRETA, JARDIM PROGRESSO, ESTRADA DO SOBRADO E CIDADE JARDIM, no município de Rio Claro, sendo que R\$ 832.535,55 (oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) será fonte 05 referente ao exercício de 2019.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido Crédito em até 20% (vinte por cento) mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Especial, objeto desta lei, será a seguinte:-

17.0	Departamento Autônomo de Água e Esgoto	
17.02.01	Manutenção da Diretoria Técnica	
17.02.01.17.122	Saneamento	
17.02.01.17.122	Administração Geral	
17.02.01.17.122.5005	Sistema de Água e Esgoto	
17.02.01.17.122.5005	Construção de 04 sub-adutoras de reforço do sistema de abastecimento de água para as regiões do parque mãe preta, jardim progresso, estrada do sobrado e cidade jardim	
17.02.01.17.122.5005.1063	Outros Serviços Terceiros PJ	R\$ 832.535,55
Fonte 05 (recursos federais)		

Artigo 3º - O crédito autorizado no artigo 1º, Recurso 05 - Excesso de arrecadação na rubrica da receita das transferências do governo federal, oriundos do Termo de Compromisso nº 0350.776-78/2011-MECIDADES, em vigor para conclusão das obras elencadas no Artigo 1º desta Lei.

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período de 2018 à 2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, as despesas decorrentes de que se trata o Artigo 1º.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 14 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 14/10/2019 - Maioria Absoluta.

04

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 132/2019

PROCESSO Nº 15431

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica aberto no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro, um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 104.281,01 (cento e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais e um centavo), referente a contratação de empresa especializada para a execução das obras de CONSTRUÇÃO DE ADUTORA DE INTERLIGAÇÃO DOS BAIRROS BONSUCESSO, NOVO WENZEL, E BOM RETIRO I E II, no município de Rio Claro, sendo que R\$ 104.281,01 (cento e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais e um centavo) será fonte 05 referente ao exercício de 2019.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido Crédito em até 20% (vinte por cento) mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que se trata o Crédito Adicional Especial, objeto desta lei, será a seguinte:-

17.0	Departamento Autônomo de Água e Esgoto
17.02.01	Manutenção da Diretora Técnica
17.02.01.17.122	Saneamento
17.02.01.17.122	Administração Geral
17.02.01.17.122.5005	Sistema de Água e Esgoto
17.02.01.17.122.5005	Construção de CONSTRUÇÃO DE ADUTORA DE
INTERLIGAÇÃO DOS BAIRROS BONSUCESSO, NOVO WENZEL, E BOM RETIRO I E II	
17.02.01.17.122.5005.1061	Outros Serviços Terceiros PJ
Fonte 05 (recursos federais)	R\$ 104.281,01

Artigo 3º - O crédito autorizado no artigo 1º, Recurso 05 - Excesso de arrecadação na rubrica da receita das transferências do governo federal, oriundos do Termo de Compromisso nº 0350.776-78/2011-MECIDADES, em vigor para conclusão das obras elencadas no Artigo 1º desta Lei.

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período de 2018 à 2021 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, as despesas decorrentes de que se trata o Artigo 1º.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 14 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 14/10/2019 - Maioria Absoluta.



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 100/2019

PROCESSO Nº 15390

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

**(Revoga o Inciso III, do § 2º, do Artigo 3º; revoga o Inciso IV, do Artigo 9º; bem como revogam os Artigos 13, 63, 64 e o item “Ouvidor” nos Anexos I, II e V, todos da Lei Complementar Municipal nº 118, de 19 de maio de 2017, para extinguir o Cargo de Ouvidor da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Rio Claro-SP).**

Art. 1º - Ficam revogados o Inciso III, do § 2º, do Artigo 3º; o Inciso IV, do Artigo 9º, bem como os Artigos 13, 63, 64 e o item “Ouvidor” nos Anexos I, II e V, da Lei Complementar nº 118, de 19 de maio de 2017, para extinguir o Cargo de Ouvidor da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Rio Claro-SP.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 14 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 14/10/2019 -  
Maioria Absoluta.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 124/2019**

PROCESSO Nº 15420

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### **PROJETO DE LEI**

**(Institui no Município de Rio Claro, o mês "Fevereiro Faixa Preta" e dá outras providências).**

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Rio Claro, o mês "Fevereiro Faixa Preta", campanha de conscientização e popularização das artes marciais.

Art. 2º - São objetivos do mês "Fevereiro Faixa Preta":

I - Promoção de palestras nas escolas, eventos e atividades educacionais com foco nas artes marciais;

II - Veiculação de campanhas de mídias, colocando-se à disposição da população informações em site, banners, folders e outros materiais ilustrativos e exemplificativos sobre os benefícios relacionados as artes marciais.

Art. 3º - O evento integrará o Calendário Oficial de Rio Claro;

Art. 4º - As atividades descritas no Art. 2º, poderão ser realizadas de forma facultativa pela sociedade civil, bem como pela iniciativa privada.

Art. 5º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por Unanimidade em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 14/10/2019 - Maioria Simples.

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE LEI Nº 125/2019**

**“Dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro”.**

Art. 1º - Todos os sepultamentos em cemitérios localizados no município de Rio Claro, ficam obrigados a utilizar manta funerária absorvente e impermeabilizante de necrochorume para impedir a contaminação do solo.

Parágrafo Único – O necrochorume é um subproduto resultante de decomposição do organismo humano de forma natural direta ou indireta, e a manta absorvente e impermeabilizante contemplará medidas que garantam a acomodação e o isolamento do corpo na urna mortuária.

Art. 2º - A manta absorvente e impermeabilizante utilizada para impedir a contaminação do lençol freático pelo necrochorume, deverá ter o licenciamento ambiental concedido pelo órgão competente, devendo ser comprovada sua eficácia.

Art. 3º - A manta absorvente e impermeabilizante será fornecida obrigatoriamente pela prestadora de serviços funerários, responsável pelo sepultamento, que providenciará o invólucro aos corpos para evitar o vazamento do necrochorume.

Art. 4º - Todos os sepultamentos realizados nos cemitérios do município, deverão apontar e registrar em seus livros de sepultamento ou outra forma legal de registro existentes comprovando que foram aplicadas medidas preventivas contra a contaminação do solo e consequentemente do lençol freático.

Art. 5º - Os infratores da presente Lei ficarão sujeitos a aplicação de multa regulamentada através de decreto.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor 90 dias, após a sua publicação.



**Geraldo Luís de Moraes**

**Vereador Geraldo Voluntário**

**Vice Líder Democratas**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

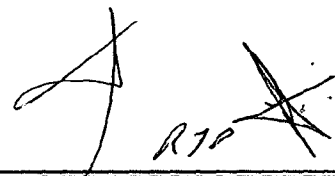
PARECER JURÍDICO Nº 125/2019 - REFERENTE AO PROJETO DE  
LEI Nº 125/2019 - PROCESSO Nº 15424-155-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 125/2019, de autoria do nobre Vereador Geraldo Luis de Moraes, que dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials, possibly "R10" and "A", in black ink.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

O Projeto de Lei em apreço dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro

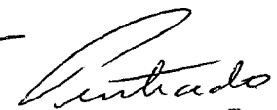
Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 07 de agosto de 2019.

  
Daniel Magalhães Nunes

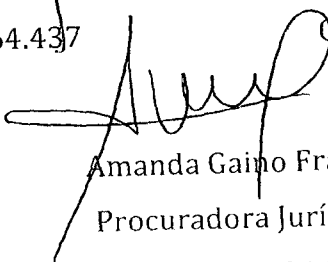
Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 125/2019

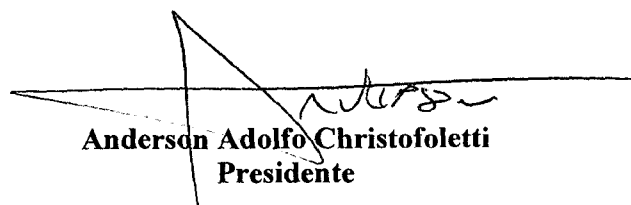
PROCESSO 15424-155-19

PARECER Nº 160/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 07 de agosto de 2019.



Anderson Adolfo Christofolletti  
Presidente



Dermeval Nevoeiro Demarchi  
Relator

Rafael Henrique Andreetta  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 125/2019

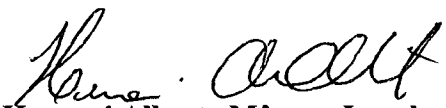
PROCESSO 15424-155-19


PARECER Nº 098/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 12 de agosto de 2019.

  
**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente

  
**José Pereira dos Santos**  
Relator

**Paulo Marcos Guedes**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 125/2019


PROCESSO 15424-155-19

PARECER Nº 102/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 09 de setembro de 2019.

  
**CAROLINE GOMES FERREIRA**  
Presidente

  
**ADRIANO LA TORRE**  
Relator

  
**IRANDER AUGUSTO LOPES**  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO,  
POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 125/2019

PROCESSO 15424-155-19

PARECER Nº 018/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Edilidade.

Rio Claro, 19 de setembro de 2019.



**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Presidente

**DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI**  
Relator



**GERALDO LUIS DE MORAES**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 125/2019

PROCESSO 15424-155-19

PARECER Nº 117/2019

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador **GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o estabelecimento de medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático para sepultamentos no Município de Rio Claro.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 10 de outubro de 2019.



**GERALDO LUIS DE MORAES**  
Presidente

**PAULO ROGÉRIO GUEDES**  
Relator



**MARIA DO CARMO GUILHERME**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2019

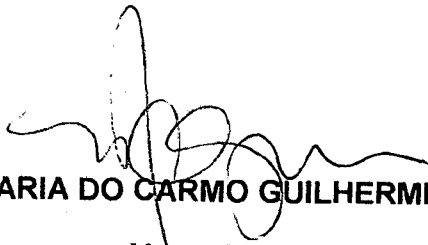
Altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 165, de 16 de Agosto de 1991.

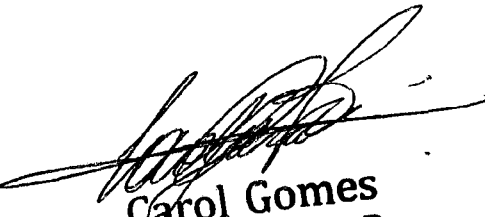
Artigo 1º - Fica alterado o Parágrafo Único, do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 165 de 16 de agosto de 1991, passando a ter a seguinte redação:

**Parágrafo Único – Fica incluída na programação da Semana da Mulher a realização do Evento Júri Simulado Contra a Violência da Mulher, bem como o aprendizado das confecções de Naninhas, visando aumento de renda no ganho familiar das mulheres.**

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 10 de junho de 2019.

  
MARIA DO CARMO GUILHERME  
Vereadora

  
Carol Gomes  
Vereadora PSDB

  
HERNANI ALBERTO MONACO LEONHARDT  
Vereador

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

---

## **Justificativa**

Conforme o decreto nº 165 de 16/08/1991 da Semana da Mulher deverá ter na programação além da realização do evento Júri Simulado contra Violência da Mulher em parceria com a Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil, Fórum (Judiciário), OAB, CREAS, Conselho Municipal da Mulher, Imprensa, Faculdades, Escolas Municipais, estaduais e particulares, Partidos que constituam núcleos de Mulheres, Comunidade, Organizações Constituídas, Secretarias Estaduais e Órgãos Federais.

Também a inclusão de confecção de naninhas ensinando às mulheres um meio de aumento no sustento familiar e auxílio nas despesas domésticas.

A importância deste ato é para conscientização da violência contra as mulheres, a fim de trabalharmos juntas para diminuição deste ato, para que nossas mulheres tenham conhecimento dos direitos e deveres.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

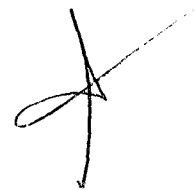
## PARECER JURÍDICO – REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 013/2019, PROCESSO Nº 15398-129-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 013/2019, de autoria dos nobres Vereadores Maria do Carmo Guilherme e Hernani Alberto Mônaco Leonhart que altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 165, de 16 de agosto de 1991.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, tudo em conformidade com o estabelecido no Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro (art. 134) e na Lei Orgânica do Município (art. 44).



# Câmara Municipal de Rio Claro

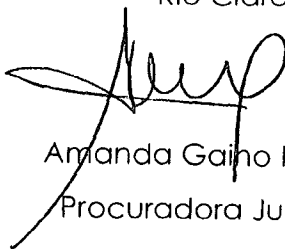
Estado de São Paulo

Por este motivo, o Poder Legislativo possui, por meio dos seus Vereadores, legitimidade ativa para iniciar o processo de formação de leis.

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal no artigo 3º, inciso XII, do atual Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no art. 15, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro, os quais dispõem que a Câmara Municipal deliberará, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna e, nos demais casos de sua competência privativa, por meio de decreto legislativo.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço **reveste-se de legalidade.**

Rio Claro, 02 de julho de 2019.



Amanda Gainho Franco

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2019

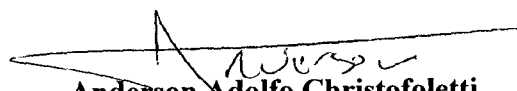
PROCESSO Nº 15398-129-19

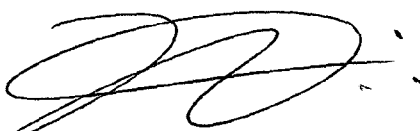
PARECER Nº 137/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria dos Vereadores **MARIA DO CARMO GUILHERME E HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT**, Altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 165, de 16 de Agosto de 1991.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela legalidade do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 03 de julho de 2019.

  
Anderson Adolfo Christofolletti  
Presidente

  
Dermeval Nevoeiro Demarchi  
Relator

Rafael Henrique Andreetta  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 15398-129-19

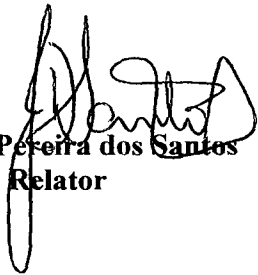
PARECER Nº 079/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria dos Vereadores **MARIA DO CARMO GUILHERME E HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT**, Altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 165, de 16 de Agosto de 1991.

A Comissão de Administração Pública acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 22 de julho de 2019.

  
**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente

  
**José Pereira dos Santos**  
Relator

**Paulo Marcos Guedes**  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 15398-129-19

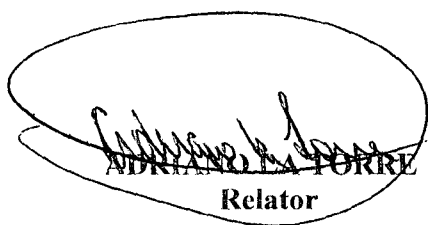
PARECER Nº 067/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria dos Vereadores **MARIA DO CARMO GUILHERME, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E CAROLINE GOMES FERREIRA**, Altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 165, de 16 de Agosto de 1991.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 01 de agosto de 2019.

**CAROLINE GOMES FERREIRA**  
Presidente



ADRIANO DA TORRE  
Relator



IRANDER AUGUSTO LOPES  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 15398-129-19

PARECER Nº 044/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria dos Vereadores **MARIA DO CARMO GUILHERME, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E CAROLINE GOMES FERREIRA**, Altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 165, de 16 de Agosto de 1991.

A **COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 26 de agosto de 2019.



**José Claudinei Paiva**  
Presidente



**Thiago Yamamoto**  
Relator



**Geraldo Luis de Moraes**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2019

PROCESSO Nº 15398-129-19


PARECER Nº 092/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria dos Vereadores **MARIA DO CARMO GUILHERME, HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT E CAROLINE GOMES FERREIRA**, Altera a redação do Parágrafo Único do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 165, de 16 de Agosto de 1991.

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS**, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 29 de agosto de 2019.

  
**GERALDO LUIS DE MORAES**  
Presidente

  
**PAULO ROGÉRIO GUEDES**  
Relator

**MARIA DO CARMO GUILHERME**  
Membro

# **Câmara Municipal de Rio Claro**

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/2019**

**Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Padre Luiz Claudemir Botteon, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.**

Artigo 1º - Fica conferido o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Padre Luiz Claudemir Botteon, Reitor do Claretiano – Centro Universitário, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro, particularmente na área da Educação.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 11 de junho de 2019.

**ANDRÉ LUIS DE GODOY**  
Vereador

## **Curriculum Vitae – Resumido**

**Nome:** Pe. Luiz Claudemir Botteon

### **Dados pessoais**

Luiz Claudemir Botteon, nascido no Bairro do Cascalho, antiga colônia italiana em Cordeirópolis no dia 10 de outubro de 1960. No ano de 1976 ingressa no Seminário Claret de Rio Claro e ali conclui o ensino fundamental e ensino médio. Em 1981 ingressa na Congregação dos Missionários Claretianos. Em 1987 é ordenado sacerdote na Congregação dos Missionários Claretianos.

Formado: Licenciatura em Filosofia, e Pedagogia, Bacharel em Teologia, Especialista em Catequese pela Pontifícia Universidade Salesiana de Roma e pós-graduação em Educação.

De 1988 a 1991 trabalhou no Seminário Claret de Rio Claro como ecônomo local. De 1992 a 1993 foi administrador do Colégio Claretiano de São Paulo.

No ano de 1994 é destinado pelo Governo Provincial dos Missionários Claretianos como Administrador do Colégio São José e das Faculdades Integradas Claretianas de Batatais, função que permanece até os dias atuais.

De 1987 a 2014 foi Vigário Paroquial na Paróquia Nossa Senhora da Assunção do Bairro do Cascalho em Cordeirópolis, onde organizou a Paróquia nas atividades pastorais e sociais que desde 1953 era atendida pelos Missionários Claretianos. Ali criou com a Comunidade de Cascalho a Associação dos Agricultores de Cascalho, o Clube de Esportes da Paróquia de Cascalho e a unidade do Bairro do Cascalho da Associação “Trevisani nel Mondo”, associação italiana internacional que mantém unidades em antigas colônias italianas do mundo para preservar a cultura, que mantém o Museu de Cascalho e as tradições italianas no bairro. Com a equipe de trabalho da Paróquia restaurou a igreja, escreveu vários livros sobre a história do Bairro do Cascalho: a culinária de Cascalho, a vida do Pe. Luiz Stefanello, a história das famílias de Cascalho, a revista do centenário da Paróquia de Cascalho. Encerrou as atividades na Paróquia de Cascalho em 2014, com a celebração dos 100 anos da criação da Paróquia e a chegada da imagem de Nossa Senhora da Assunção da Itália.

Na Congregação dos Missionários Claretianos exerceu sempre a função de Administrador de Atividades Claretianas, ecônomo de comunidades, superior de comunidade claretiana, membro do Conselho Provincial de Economia, Ecônomo Provincial por 10 anos, pertence ao Conselho de Economia da Congregação dos Missionários Claretianos em Roma. Foi diretor do Convivum Claret, antiga unidade da FEBEM de Batatais de 1998 a 2001.

Atualmente responde como Reitor do Claretiano – Centro Universitário de Rio Claro e Pró-reitor Administrativo do Claretiano – Centro Universitário de Batatais, Diretor Administrativo do Claretiano – Rede de Educação e Diretor Administrativo da Fundação Claret.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 14/2019 – PROCESSO n.º 15399-130-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria emite Parecer Jurídico a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2019, de autoria do nobre Vereador André Luis de Godoy, que confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Padre Luiz Claudemir Botteon, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

O Projeto de Decreto Legislativo em questão encontra amparo legal por estar previsto no artigo 213 da Resolução nº 244, de 16 de novembro de 2006 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro), que assim dispõe sobre a concessão dos títulos honoríficos:



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

*“Artigo 213 – São títulos honoríficos:*

*I – Cidadão Rio-clarense;*

*II – Cidadão Emérito;*

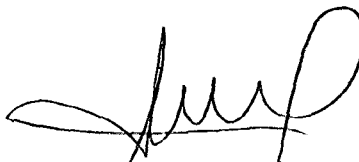
*III – Medalha de Honra ao mérito”*

Portanto, o pleito em referência encontra amparo legal no artigo 213, inciso I, do Regimento Interno desta Edilidade.

Finalmente, salientamos que, nos termos do artigo 213, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Edilidade, cada Vereador poderá outorgar anualmente somente um (01) título para cada um dos tipos especificados nos incisos I e II.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Decreto Legislativo em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 02 de julho de 2019.



Amanda Gaino Franco

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2019

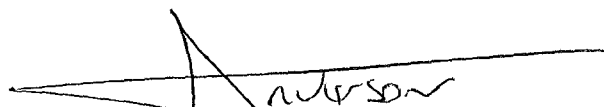
PROCESSO Nº 15399-130-19

PARECER Nº 140/2019

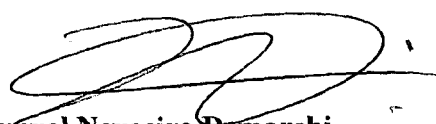
O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **ANDRÉ LUIS DE GODOY**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Padre Luiz Claudemir Botteon, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **legalidade** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 03 de julho de 2019.



Anderson Adolfo Christofolletti  
Presidente



Dermeval Nevoeiro Demarchi  
Relator

Rafael Henrique Andreeta  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2019

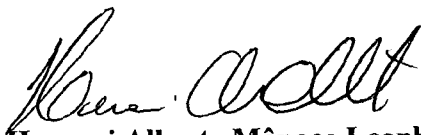
PROCESSO Nº 15399-130-19

PARECER Nº 083/2019

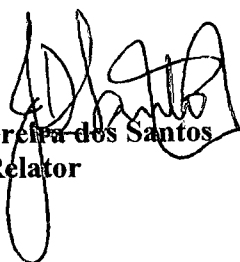
O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **ANDRÉ LUIS DE GODOY**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Padre Luiz Claudemir Botteon, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

Esta Comissão acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 22 de julho de 2019.



Hernani Alberto Mônaco Leonhardt  
Presidente



José Pereira dos Santos  
Relator

Paulo Marcos Guedes  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2019

PROCESSO Nº 15399-130-19

PARECER Nº 093/2019


O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **ANDRÉ LUIS DE GODOY**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Padre Luiz Claudemir Botteon, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A Comissão de Políticas Públicas acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 09 de setembro de 2019.



**CAROLINE GOMES FERREIRA**  
Presidente



**ADRIANO LA TORRE**  
Relator



**IRANDER AUGUSTO LOPES**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2019

PROCESSO Nº 15399-130-19

PARECER Nº 053/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **ANDRÉ LUIS DE GODOY**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Padre Luiz Claudemir Botteon, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A **COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 23 de setembro de 2019.

José Claudinei Paiva  
Presidente

Thiago Yamamoto  
Relator

Geraldo Luis de Moraes  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2019

PROCESSO Nº 15399-130-19

PARECER Nº 107/2019

O presente Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Vereador **ANDRÉ LUIS DE GODOY**, Confere o Título de Cidadão Rio-Clarense ao Padre Luiz Claudemir Botteon, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo.

Rio Claro, 26 de setembro de 2019.



**GERALDO LUIS DE MORAES**  
Presidente

**PAULO ROGÉRIO GUEDES**  
Relator



**MARIA DO CARMO GUILHERME**  
Membro